



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Centro de Educação- CEDU
Maceió - Alagoas - Brasil

GÊNERO E SEXUALIDADE NA BNCC: entre padronizações e apagamentos

Ananda Maria Oliveira dos Santos

UFAL

ananda.santos@delmiro.ufal.br

Maria Gabriela da Silva Lima

UFAL

maria.gabriela@delmiro.ufal.br

Guilherme Tavares de Mendonça farias e Araujo

UFAL

guilherme.araujo@delmiro.ufal.br

1 INTRODUÇÃO

O âmbito educacional é um espaço plural que permeia diversas culturas e distintas formas de comportamento. Assim, são legítimas as manifestações de atores sociais diferentes, o que configura tal lugar como ambiente da diversidade, nesse bojo, o âmbito educativo deve proporcionar a reflexão de questões em torno das diferenças de crenças, princípios e valores sociais, no sentido de coibir expressões de preconceitos, discriminações e ações correlatas.

Exatamente por expressar a diversidade sociocultural que há na sociedade, o currículo escolar precisa ter esse caráter, universal, diverso e plural. Neste sentido, respeitando os princípios constitucionais, a educação nacional, por meio da escolarização, não pode se pautar em paradigmas padronizadores. O Brasil é um país de dimensões continentais, cujas regiões são muito diversas em todos os aspectos, mais que isto, a população brasileira possui uma riqueza de expressões identitárias, uma riqueza que se evidencia na cultura, na religião, nos traços físicos, nas expressões de gênero e sexualidade, entre outras manifestações. Tamanha diversidade não pode estar ausente do currículo.

Diante disto, os documentos nacionais, que servem de matriz de referência para a conformação curricular nas escolas, precisam espelhar os princípios dispostos no ordenamento jurídico e as concepções de educação e sujeito presentes nos diferentes planos decenais, por serem a carta de intenções de toda a sociedade e representarem a pluralidade de crenças e valores sociais baseados na igualdade, liberdade, respeito às diferenças, inclusão e diversidade.

Com base nestas premissas, este trabalho discorre sobre a ideia de padronização curricular presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como, questionando os apagamentos de temáticas como gênero e sexualidade no texto final do referido documento.

2 OBJETIVOS

Este trabalho é fruto de um estudo coletivo sobre gênero no interior do grupo de estudos e pesquisas GENIR e intenciona destacar o apagamento acerca das questões de gênero e sexualidade na BNCC, tendo em vista a emergência de tais discussões no cenário nacional, bem como, analisar criticamente, à luz das normatizações existentes sobre o estudo da diversidade, a ideia de padronização curricular presente no referido documento. Pretende-se ainda analisar o contexto sócio-histórico, visto que tais discussões estão presentes na mídia em geral e proporcionam, desse modo, uma repercussão na sociedade, não apenas nos âmbitos educacionais, mas também fora deles.

3 METODOLOGIA

As discussões e análises presentes neste trabalho, são fruto da leitura imanente de documentos e artigos científicos pertinentes ao tema. Com base na perspectiva histórico-dialética, foram estudadas as categorias sociais gênero e sexualidade, passando em revista conceitos apresentados por autores, dentro do campo das discussões sobre diversidade e educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entidades de classe docentes, se depararam com a homologação da BNCC em 2017 que, embora fosse uma reivindicação dos movimentos de base, não representava os anseios de todos, ou seja, a maioria não se via representada na versão final do documento homologado. Foram diversos os motivos dos questionamentos e críticas ao texto final, mas, dois deles serão explorados neste trabalho: a ideia de padronização curricular e os apagamentos às temáticas de gênero e sexualidade. Apesar de parecerem questões distintas, elas são, na verdade, duas faces da mesma moeda, como se pretende demonstrar adiante.

No tocante à padronização, de acordo com Álvaro Hypolito (2021, p. 38), a BNCC é a “expressão local de uma padronização global” se referindo aos efeitos da globalização do capital e da política neoliberal na educação nacional. Apreendendo o neoliberalismo como uma “racionalidade discursiva que permeia nossa produção política, econômica, social e cultural”, o autor evidencia o impacto desta influência nas “políticas públicas de educação e nos sistemas públicos de educação” (HYPOLITO, 2021, p. 38).

Ainda de acordo com Hypolito (2021, p. 38), com a “suposta meta de melhorar a qualidade da educação, o GERM¹ foi se constituindo com base em cinco políticas inter-relacionadas” a primeira delas, que interessa à análise proposta neste trabalho,

¹ GERM – Movimento de Reforma Educacional Global.

é a padronização da educação, que “implica tanto em um foco nos desempenhos dos estudantes e das escolas quanto nas prescrições centralizadas de currículos”, portanto, um movimento global, que buscar instituir a padronização curricular nos diversos países.

Convém esclarecer que o debate sobre a padronização é anterior à BNCC e remonta aos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), mas, é com a Base Nacional Comum Curricular que a padronização se corporifica. Apesar dos PCNs serem o marco da influência neoliberal na educação, eles inovaram ao propor a discussão sobre orientação sexual de modo ampliado, envolvendo as dimensões: “biológica, psíquica e a sócio cultural, além de suas implicações políticas” (BRASIL, 1997, p. 295). Partindo da compreensão de que “ninguém nasce mulher: torna-se” (BEAUVOIR, 1949, p. 09).

A padronização presente na base comum curricular diz respeito ao apagamento da diversidade social de caráter regional e cultural, “inclusive com indicação de materiais e conteúdos para as escolas” (Idem, p. 40), promovendo a invisibilidade para diversos campos de saberes e prejuízos para a comunidade escolar. Estes apagamentos são sentidos em diversos níveis, de modo direto com a retirada de temas importantes do texto final da BNCC, a exemplo de gênero e sexualidade, e de modo indireto, como ocorre com a questão das relações étnico-raciais, tratada de modo generalista e abstrato.

A primeira versão da BNCC data de 2015, e foi fruto de um amplo debate nacional, ela contemplava as questões de gênero e sexualidade e abordava as relações étnico-raciais de forma concreta e responsável, com metas, prazos e responsabilizações. O processo de agudização da política neoliberal na educação e o aumento do conservadorismo no Brasil gerou um texto final para a BNCC marcado pela padronização e apagamentos identitários. Ambos os processos ocorrem em virtude de dois movimentos complementares: a política neoliberal, como já referido, e a onda conservadora de base cristã que atrela a biologia ao modo de ser de cada indivíduo.

Os temas gênero e sexualidade são ainda tabus nesta sociedade, e ultimamente têm sido rotulados como “ideologia de gênero”², portanto, envoltos em muita desinformação. Gênero é uma construção social, ligada as expressões de feminilidade e masculinidade, as quais não se restringem ao binarismo homem e mulher, e sexo diz respeito aos aspectos fisiológicos, da anatomia dos corpos. Como destacado pela historiadora Joan Scott (1995), sobre estes temas, a Biologia não pode ser negada, mas, ela precisa ser considerada à luz das condições sociais e históricas, sem que haja a deslegitimação e desautorização de corpos rotulados como transgressores da norma padrão.

De forma bem simplificada, temos, de um lado, o pensamento conservador cristão que defende ser a Biologia definidora dos sentidos de pertencimento aos gêneros, enquanto, por outro lado, o campo interdisciplinar dos estudos de gênero argumenta em favor de uma visão construcionista, investindo em argumentos de que é por meio da cultura e das relações sociais que nos constituímos como sujeitos de gênero, com múltiplos sentidos de

² O discurso que criou a ideia de ideologia de gênero, afirmar defender a família e os costumes. No entanto desconhece a realidade brasileira em que os arranjos familiares são os mais diversos, compostos pelas mais diferentes composições. Portanto, trata-se na verdade da imposição da vontade um grupo de famílias de natureza conservadora e de base cristã sobre àquelas que defendem valores e princípios diferentes.

pertencimento, como homens e mulheres, pessoas cisgêneras e transgêneras, pessoas de gênero não-binário, entre outras denominações. Enfatiza-se, portanto, o caráter social e cultural, distanciando-se da ideia de que os gêneros seriam determinados por uma 'natureza' e constituídos a partir de uma essência, algo que nasceria com os sujeitos e condicionaria seus modos de viver, agir, pensar, sentir, desejar (LEITE;CASTRO; FERRARI, 2021, p. 391).

Todas estas expressões, são formas legítimas de ser e existir no mundo, e precisam ser contempladas no currículo escolar. Observando o preconizado pela LDBEN 9394 de 1996 quando determina em seu artigo 2º que a educação, “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º), é possível concluir que é dever da escola zelar pelo pleno desenvolvimento do educando e isso implica, respeitá-lo em sua subjetividade, pois, inspirada nos princípios e ideais de solidariedade humana, a escola não pode coibir as expressões identitárias destes educandos.

A construção dos “gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais” (LOURO, 2008, p. 18), elas não cabem nos padrões pré-definidos, sejam da BNCC, ou de quaisquer configurações de caráter conservador ou neoliberal.

A escola como espaço plural de ideias, precisa ser um ambiente dialógico e acolhedor aos diferentes corpos e manifestações identitárias, respeitando a dignidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, o currículo escolar deve se ancorar na tríade sociedade-educação-sujeito, de modo a instrumentalizar e mediar a relação entre estas categorias e fortalece o elo entre indivíduo e gênero humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o estudo, que sob a ótica da BNCC, o debate sobre a diversidade se esvaziou, se tornou abstrato, sem relação direta com a dinâmica social em curso. A filosofia educacional subjacente ao texto final da BNCC não dá espaço ao pluralismo de ideias, pois, ela está impregnada pelo conservadorismo de base cristã, e pela pretensão de padronização curricular, vinculada à política neoliberal, como movimentos complementares que promovem o apagamento das expressões identitárias dos educandos.

Por fim, se compreende que, quando a escola adota a Base Nacional Comum Curricular, tal como ela se apresenta, ela fere a dignidade da pessoa humana, pois, esse esvaziamento do debate e da pauta curricular foge ao preconizado na legislação educacional e coíbe o direito público subjetivo à educação de qualidade, entendida como aquela que promove o pleno desenvolvimento da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. Paris: Librairie Gallimard, 1967.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em outubro de 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Brasília: MEC1997b.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2018(3ª versão).

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC**. Revista práxis educacional, v. 17, n. 46, p. 35-52, jul./set., 2021.

LEITE, Lara Casamarim; CASTRO, Roney Polato de; FERRARI, Anderson. **Gênero na BNCC de ciências da natureza: buscando brechas para outros currículos**. REnBio - Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio - ISSN: 1982-1867 - vol. 14, n. 1, p. 390-409, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Proposições, v. 19, n. 2, maio/ago., 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.